

Setor público é o alvo

Economia Brasil

por José Casado
de Brasília

O governo da Aliança Democrática começa enfrentando não uma, mas um conjunto de crises, define o economista João Sayad, 39 anos, ministro do Planejamento da Nova República. E, por isso mesmo, a primeira decisão do novo governo foi transmitida de forma clara e objetiva para os 27 ministros e toda a Nação, em cadeia de rádio e TV, pelo presidente em exercício José Sarney: "É proibido gastar". Demonstra-se uma perfeita sintonia entre a Seplan e a Fazenda.

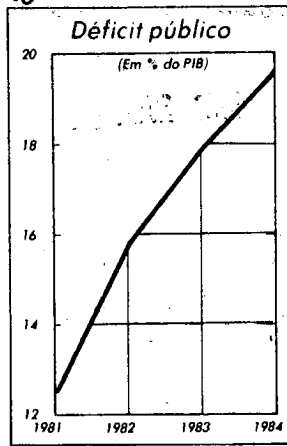
Até o dia 18 de junho, por ordem presidencial, o setor público mantém-se "fechado" para balanço: vai-se apurar a real situação do "caixa" e promover-se uma concentração de recursos que serão destinados a obras prioritárias, capazes de estimular um impulso no nível de emprego. O dinheiro será levantado através da paralisação de obras que a Seplan e a

Fazenda considerarem adiáveis, do corte em despesas "injustificáveis" das administrações direta e indireta e da extinção de programas governamentais tidos como de baixo ou nulo rendimento.

A estratégia em execução para um rígido controle dos dispêndios públicos tem princípios bem definidos:

1) Os orçamentos federais serão revistos e unificados. Uma comissão, comandada pela Seplan, prepara, a partir de hoje, um projeto de lei para restabelecer o controle do Congresso sobre todos os tipos de dispêndios do setor público. "O não cumprimento desse princípio tem-se constituído numa das causas dos desequilíbrios financeiros, notadamente através de uma ficção contábil — o orçamento monetário", justifica Dornelles.

2) O programa econômico será realista: vai-se procurar manter o crescimento econômico com rígida austeridade nos gastos. "O setor público ameaça



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Getulio Vargas

tornar-se o vilão de todas as dificuldades, porque está assolado pela baixa produtividade e pelo desperdício do dinheiro", comenta Sayad.

3) A base monetária e os gastos das empresas estatais deverão crescer a taxas significativamente menores do que a inflação. "Isto é o que o Banco Central terá em mente ao conduzir a política monetária", aduz o economista

Antônio Carlos Lemgruber, 38 anos, novo presidente do Banco Central.

"Será imprescindível que a expansão monetária mostre clara tendência de desaceleração", pressupõe Dornelles. O Banco Central, informa Lemgruber, começa nesta segunda-feira "uma atuação firme neste sentido, no mercado aberto, ao mesmo tempo que vai procurar carrear recursos do orçamento fiscal para o monetário e impor um controle rígido sobre empréstimos do Banco do Brasil".

A atuação do governo estará voltada para a redução abrupta das necessidades de constantes ampliações da dívida pública, de forma a provocar um impacto sobre a taxa de juros, no curtíssimo prazo, esclarece Lemgruber. E, como se advertiu no discurso presidencial, o chefe do governo não aceitará que os ministros se dividam entre os comprometidos com a contenção e aqueles comprometidos com os gastos — como tem sido uma constante nas últimas duas décadas.

A inflação, a correção monetária e o câmbio continuarão a correr juntos, anuncia o presidente do Banco Central. Na quarta-feira, com a presença do novo diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), Marcos Vianna, em Brasília, o governo decide que tipo de compensação vai dar aos exportadores, cujos negócios estão sendo afetados pela disparada do dólar e pela perda do crédito-prêmio do IPI.